ESTADO DE MINAS

Publicado em 31/07/2022 - 05:55

No sufoco e sem auxílio

NO APERTO

Trabalhadores que sofrem com a crise e passam necessidades não terão o mesmo benefício concedido pelo governo federal a caminhoneiros, taxistas e famílias já cadastradas no CadÚnico

Para o motoboy Jean Marcel Lana Fortin, que tem trabalhado mais horas para conseguir sustentar a casa, o auxílio deveria ser estendido para mais categorias

O motorista de aplicativo Anderson Ferreira reivindica o benefício assim como os taxistas têm direito: "estamos nas ruas da mesma forma", diz

A LEGIÃO DOS SEM-AUXÍLIO

FOTOS: GLADYSTON RODRIGUES/EM/D.A PRESS

Washington Almeida, que trabalha como chapa na Ceasa, em Contagem, das 4h à meia-noite para ganhar cerca de um salário mínimo por mês para ele e a esposa, afirma que o auxílio traria um grande alívio para o bolso da família

SILVIA PIRES

Pele queimada de sol, corpo suado, trabalho duro diário e mãos calejadas. O dia começa às 4h para Washington Almeida, de 31 anos, que trabalha como chapa – empregado braçal que presta serviços de carga e descarga de caminhões – na Central de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa Minas), em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Todos os dias, ele faz um verdadeiro plantão por lá e negocia os preços direto com os motoristas para tentar levar o sustento de sua família. Sempre à disposição dos caminhoneiros que precisam de mão de obra, os chapas não entraram na PEC de Benefícios, que concede auxílio de R$ 1 mil por mês aos motoristas de cargas pesadas a partir de agosto. Aprovada recentemente, a proposta, também apelidada de PEC Kamikaze, tem gerado grande debate e sido descrita como "eleitoreira", uma vez que amplia programas sociais do governo de Jair Bolsonaro em pleno ano de eleições.

Aproveitando uma pausa do trabalho pesado, Washington descansava, na manhã da última quarta-feira, sentado em seu carrinho, que servia de cama na noite anterior. "Tô aqui desde ontem. Cheguei era 4h, trabalhei na parte da manhã e à tarde. Só fui parar por volta da meia-noite. Coloquei meu colchão em cima do carrinho e dormi. Quando foi 5h da manhã já estava trabalhando de novo", conta. Na profissão há 11 anos, ele diz que já tem seus macetes para garantir o sustento da família. "Sempre que preciso já durmo por aqui. Se fosse voltar pra casa, nem ia dormir e já teria que vir pra cá de novo. Já tenho um local onde eu guardo o colchão e as minhas coisas", relata. Segundo ele, além da incerteza do serviço, sua renda foi duramente impactada desde o início da pandemia de COVID-19 no Brasil. "O mercado enfraqueceu muito. Muita gente deixou de comprar. Se a população não compra, não tem transporte. Nosso serviço autônomo caiu 50% do que era antes da pandemia", revela.

Como Washington, dezenas de homens madrugam na Ceasa, todos na expectativa de um bom negócio. "Tem que ser rápido, porque é um serviço muito pesado. Para ganhar dinheiro tem que levantar cedo", diz. Todo esse esforço para garantir pouco mais de um salário mínimo no fim do mês. Ele conta que tentou pegar o auxílio emergencial no início da pandemia de COVID-19, mas lhe foi negado. Para ele, que é o único responsável pelas despesas da família, ser incluído na PEC de Benefícios traria um grande alívio para o bolso. "Somos só eu e a minha esposa, mas as contas ainda ficam muito puxadas. Hoje, uma compra para nós dois fica na faixa dos R$ 400, sem contar água, luz, é muita coisa. O auxílio pagaria quase uma prestação da minha casa, ia me ajudar muito", revela ele, que conseguiu comprar o imóvel pelo programa de habitação social Casa Verde Amarela, antigo "Minha Casa, Minha Vida".

Willy Nelson de Oliveira Lobo, de 33 anos, é chapa fichado em uma das empresas da Ceasa. "Fui pegando bico até aparecer essa oportunidade. É um dos serviços mais pesados, porque aqui a gente carrega ração para cachorro, cavalo. Mas as condições de trabalho são melhores, porque tem o sindicato né", aponta. Ele pega serviço às 7h, mas, muitas vezes, não tem hora para parar. "A situação aqui todo dia é essa. Não tem hora de ir embora", conta. Até o início desse mês, ele também era o único responsável pelo orçamento familiar. "Minha esposa estava desempregada, mas conseguiu um emprego agora", conta. Ainda assim, ele diz que qualquer valor de auxílio do governo já ajudaria nas despesas de casa. "A compra que eu fazia de R$ 500 no mês agora é R$ 700, e olha que somos só eu, minha esposa e nossa filha. O aumento do salário não é repassado de acordo com aumento das despesas no nosso dia a dia", avalia

PAGANDO PARA TRABALHAR Dirigindo 12 horas diárias, sem folgar nem um dia da semana, nem mesmo aos domingos ou feriados, o motorista por aplicativo Anderson Ferreira, de 40, diz que as condições de trabalho estão cada vez mais precárias. "Começo por volta das 5h30. Tem hora que a gente fica muito tempo parado, e quando chama é uma viagem ruim. Estamos praticamente pagando para trabalhar. Imagina você rodar três quilômetros e receber só R$? Isso sem contar que ainda tem o deslocamento até o passageiro para depois seguir viagem até o destino dele", pontua. Há seis anos, ele se tornou um dos 600 mil motoristas do Uber do Brasil. Ele conta que as muitas horas em frente ao volante causam dores nos ombros e nas costas ao fim de mais um longo dia de trabalho. "Esse momento está sendo um dos piores. Dá pra levar, dá para pagar as contas, mas falar que estamos ganhando rios de dinheiro, não. Estamos apenas pagando as contas", lamenta.

Anderson e outros motoristas e entregadores por meio de aplicativos também ficaram de fora da proposta do governo federal, que, por outro lado, concedeu benefícios mensais aos taxistas cadastrados nas prefeituras. Estão previstas seis parcelas de R$ 1 mil, que começam a ser pagas em 16 de agosto, quando vão receber R$ 2 mil. O auxílio ocorre somente até dezembro, assim como o Auxílio Brasil de R$ 600. Anderson avalia que a categoria é invisível aos olhos do poder público. "Eu acho que tinha que ser igual. O mesmo direito que eles têm seria bom pra gente também. Estamos nas ruas da mesma forma que os taxistas", reivindica. Ele lembra, ainda, que o preço do combustível está inviabilizando a profissão. "Com a gasolina oscilando de preço o tempo todo está muito difícil rodar. No mês de férias, então, o movimento vai lá embaixo e as corridas não estão com valores atrativos", comenta.

Trabalhar mais e ganhar cada vez menos se tornou uma realidade para diversos motoboys e entregadores por aplicativos. "Nós fomos muito solicitados no início da pandemia, mas depois deu uma reduzida drástica. Tenho trabalhado muito mais horas por dia, mas isso não reflete em mais dinheiro no bolso", aponta o motoboy Jean Marcel Lana Fortini, de 42 anos. Ele ainda ressalta os gastos com manutenção veicular e registros só para conseguir trabalhar. "Tem um monte de coisa que a gente corre atrás, renovar carteira, placa vermelho, manutenção da moto, que desgasta bastante com o uso diário", afirma. Para ele, o auxílio do governo deveria ser estendido a todas as categorias de trabalhadores informais. "Nós também somos autônomos, igual o taxista e o caminhoneiro. Entendemos que eles realmente merecem, mas nós também. Não tem por que ficarmos de fora dessa", reclama o motoboy.

Já o entregador que usa bicicleta, por sua vez, depende essencialmente da força física para trabalhar. Em uma cidade como Belo Horizonte, cheia de morros e sem muitas opções seguras de travessia, isso é um desafio e tanto. Ciclistas ouvidos pela reportagem do **Estado de Minas** relatam fazer jornadas de mais de 12 horas diárias, muitas vezes sem folgas. "A gente é novo, mas também temos que ajudar em casa", conta o entregador de bicicleta Carlos Eduardo Soares, de 18. Trabalhando há seis meses com entregas, ele costuma pedalar cerca de 60 quilômetros por dia, o que equivale a três vezes a distância entre Belo Horizonte e Contagem. "Moro com meus pais, ajudo a pagar as necessidades básicas, conta de luz, água. Ter o auxílio iria ajudar muito", comenta.

DESPESAS EM ALTA A rotina dos motoristas de ônibus em Belo Horizonte também é de cansaço, estresse e muitas horas de trabalho. Esses profissionais têm suas necessidades invisíveis para a sociedade. No trânsito, são encarados como vilões. Se o ônibus atrasa ou quebra no meio do caminho, é muitas vezes sobre eles que os passageiros descontam sua raiva. "Horário para pegar tem, hora pra parar, não. É, em média, oito horas por dia, mas pode ser mais. Depende do percurso, do trânsito", conta Ivaldo Dantas, de 41, que trabalha há quinze anos como motorista de ônibus. Com uma expressão cansada, ele diz se sentir muito desvalorizado, até mesmo pelos passageiros que faltam com educação e respeito nas viagens. "Não é fácil", afirma. As condições financeiras da profissão também não são as melhores. "Seria bom ter auxílio. Mesmo que a gente esteja fichado, as despesas de casa estão muito caras. Nós temos conta, aluguel, condomínio. Qualquer valor ajuda", complementa Wantuil Machado Martins, de 39, também na profissão há mais de uma década.

O entregador Carlos Eduardo Soares diz que ajuda os pais a pagar as contas básicas da casa, mas o dinheiro do auxílio iria ajudar muito a aliviar o aperto

"Mesmo que a gente esteja fichado, as despesas de casa estão muito caras", diz o motorista de ônibus Wantuil Machado Martins, que também queria o auxílio

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Economia **Pagina:** 7

Copyright © Clipclap 2025.